



À Secretaria Executiva da COP30

A senhora Ana Toni

Assunto: Contribuições para o fortalecimento da agenda oceânica na COP30

A *Coalizão COPMar – De Nice a Belém*, composta por organizações da sociedade civil e representantes dos povos do mar, tem a honra de dirigir-se à Secretaria Executiva da COP30 com vistas a compartilhar reflexões e recomendações para o fortalecimento da dimensão oceânica no processo preparatório da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

No espírito construtivo de colaboração, registramos nossa convicção de que a COP30, a realizar-se em Belém, Pará, em novembro de 2025, oferece uma oportunidade histórica para avançar de maneira integrada nas agendas climática e oceânica, reconhecendo o papel central dos ecossistemas marinhos e costeiros na regulação do clima, na promoção da resiliência socioecológica e na redução das vulnerabilidades e da pobreza, com e por meio das pessoas que vivem, conservam e dependem destes territórios.

Integração do Oceano e Protagonismo dos Povos do Mar

Consideramos fundamental que a gestão sustentável do oceano e o protagonismo dos povos do mar estejam devidamente refletidos nas discussões climáticas. Acreditamos que a relação indissociável entre a saúde do oceano e a resiliência das comunidades costeiras constitui base essencial para soluções climáticas duradouras.

Nesse sentido, entendemos que pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades extrativistas costeiras e marinhas devem ser reconhecidos como **titulares de direitos (*right holders*)**, com participação ativa na formulação de soluções e nos processos decisórios. Tal reconhecimento contribuirá para assegurar que os resultados da COP30 sejam efetivos, legítimos e socialmente justos, em vistas de atingir o mesmo reconhecimento que vem sendo firmado junto aos povos indígenas e os afrodescendentes.

Reforçamos a importância na perspectiva inovadora da abordagem na COP30, que os povos do mar sejam reconhecidos como participantes fundamentais nos círculos de construção desta Conferência, e que este modelo seja perpetuado na COP31, para garantia da sua participação a longo-prazo em uma discussão climática com justiça social.

Já para a COP30, apresenta-se a oportunidade de endossar e se comprometer com a implementação de medidas de apoio e defesa dessas comunidades, conforme indicam as [Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza](#), estabelecidas no âmbito da FAO. Ainda, soma-se às Diretrizes, o [Apelo à Ação](#), em que pescadores, pescadoras e trabalhadores da



pesca de pequena escala de seis continentes pedem que seus governos ajam para garantir a proteção e restauração da pesca de pequena escala, de modo que continue contribuindo para a economia, a saúde, a cultura e o bem-estar.

Reforço da Agenda Oceânica na COP30

É digno de nota o protagonismo conferido às florestas tropicais no desenho da agenda de ação da COP30. Ao mesmo tempo, oportuno sublinhar que o oceano permanece menos representado, apesar de sua relevância estratégica cientificamente reconhecida. Manguezais, recifes de corais, gramíneas marinhas, o mar profundo e ecossistemas oceânicos em geral desempenham papel insubstituível na mitigação e adaptação às mudanças do clima, na proteção contra a elevação do nível do mar, na segurança alimentar e na geração de trabalho e renda. Seria desejável que tais ecossistemas fossem objeto de atenção e destaque equivalente, de modo a potencializar suas contribuições ao regime climático internacional na agenda de ação customizada de maneira inovadora pela Secretaria Executiva da COP30. Ainda, assegurar que as soluções a serem priorizadas considerem as características de escala, dos modos de vida e identidade das comunidades locais e sua capacidade de participação nas decisões e implementação de ações.

Compromissos Nacionais – Brasil para a COP30

No âmbito doméstico, entendemos que o Brasil reúne condições singulares para exercer liderança construtiva na integração da agenda oceânica à agenda climática.

- **Planejamento Espacial Marinho (PEM):** para que o país considere tal instrumento como solução e compromisso climático, é imprescindível que o processo em curso incorpore metodologias que considerem projeções de mudanças climáticas para subsidiar o planejamento sistemático do território marinho, de modo a garantir resiliência de longo prazo. Seria igualmente relevante ampliar a consulta e a colaboração dos povos tradicionais costeiros e marinhos, assegurar a devida transparência na gestão e incluir a sociedade civil no GT Interinstitucional de Apoio ao Planejamento Espacial Marinho (GTPEM).
- **Áreas Marinhas Protegidas, Territórios e Mares dos Povos do Mar como soluções climáticas:** reiteramos nosso entendimento de que essas áreas constituem instrumentos de elevada relevância climática. Nesse sentido, consideramos auspicioso que o Brasil possa avançar na criação de novas unidades de conservação marinhas, incluindo a **Resex do Rio Formoso (Pernambuco)**, a **Resex de Itacaré (Bahia)**, as **Resex do Amapá** e os **Bancos Marinhas Oceânicos de Noronha**, a fim de garantir o atingimento do compromisso da agenda 30x30 do Marco Global da Biodiversidade, bem como, a proteção dos povos do mar.

Tais medidas reforçariam a liderança brasileira e projetariam ao mundo o compromisso do país com soluções climáticas de base oceânica.



Compromissos para um Legado Concreto

Entendemos que a COP30 poderá legar ao regime climático internacional um compromisso público em defesa da pesca artesanal e dos povos tradicionais costeiros e marinhos. Tal compromisso contribuiria para afirmar que uma transição climática justa exige a integração plena das comunidades que vivem do e com o mar.

Nessa perspectiva, reputamos relevante que a transição energética no espaço marinho se pautar pelos princípios de justiça climática e socioambiental e respeito aos limites ecológicos, evitando que a mera expansão da exploração energética comprometa a integridade dos ecossistemas e dos direitos das comunidades. Com isso, é relevante destacar que a transição energética justa só é possível se não incorrer em impactos irreversíveis aos ecossistemas marinhos vulneráveis ao clima e à cultura, modos de vida e território dos povos do mar.

Caminho para Belém e Além

Estamos convictos de que a COP30 representa uma oportunidade singular de inaugurar uma nova perspectiva sobre o oceano no regime climático internacional. O processo que se inicia em Belém poderá e deverá projetar-se até a COP31, consolidando um legado de maior representatividade, legitimidade e efetividade para a integração entre clima, oceano e justiça social.

Colocamo-nos à inteira disposição para continuar a colaborar, no espírito de diálogo construtivo, com dados, experiências e propostas que possam enriquecer o processo.

Respeitosamente,

Coalizão COPMar de Nice a Belém

Lista das organizações e movimentos signatários:

Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano - PainelMar

Projeto Ilhas do Rio

Instituto Linha D'Água

Conservação Internacional Brasil

WWF Brasil

Liga das Mulheres pelo Oceano

Rare Brasil

Greenpeace Brasil

Voz dos Oceanos

Instituto Arayara

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas -

CONFREM Brasil